



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

Material Estruturado



SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

GERÊNCIA DE CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

7º Ano | Ensino Fundamental - Anos Finais

* ANÁLISE DE TEXTOS LEGAIS/NORMATIVOS, PROPOSITIVOS E REIVINDICATÓRIOS
RECONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO TEXTO À CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL E AO ESTILO DE GÊNERO (LEI, CÓDIGO, ESTATUTO, CÓDIGO, REGIMENTO ETC.)

LÍNGUA PORTUGUESA

DESCRITOR SAEB	DESCRITOR PAEBES	HABILIDADE PRINCIPAL	OBJETO DE CONHECIMENTO DA HABILIDADE PRINCIPAL	EXPECTATIVA DE APRENDIZAGEM DA HABILIDADE PRINCIPAL	HABILIDADE ASSOCIADA	OBJETO DE CONHECIMENTO O DA HABILIDADE ASSOCIADA	EXPECTATIVA DE APRENDIZAGEM DA HABILIDADE ASSOCIADA	HABILIDADE DA COMPUTAÇÃO RELACIONADA
Identificar formas de organização de textos normativos, legais e/ou reivindicatórios	D017_P Identificar o gênero de textos variados.	EF69LP27 Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/ jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos (posicionamento quanto a diferentes ações a serem propostas, objetivos, ações previstas etc.), propaganda política (propostas e sua sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão) e textos reivindicatórios: cartas de reclamação, petição (proposta, suas justificativas e ações a serem adotadas) e suas marcas linguísticas, de forma a complementarizar a compreensão de textos pertencentes a esses gêneros e a possibilitar a produção de textos mais adequados e/ou fundamentados, quando isso for requerido.	✓ Análise de textos legais/normativos, propositivos e reivindicatórios	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/ jurídicos e a gêneros da esfera política, e suas marcas linguísticas, de forma a incrementar a compreensão de textos pertencentes a esses gêneros e a possibilitar a produção de textos mais adequados e/ou fundamentados quando isso for requerido. 	EF67LP37 Analisar, em diferentes textos, os efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos linguístico-discursivos de prescrição, causalidade, sequências descritivas e expositivas e ordenação de eventos	✓ Sequências textuais	<ul style="list-style-type: none"> Analisar, em diferentes textos, os efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos linguístico-discursivos de prescrição, causalidade, sequências descritivas, expositivas e de ordenação de eventos, para a compreensão da intencionalidade dos textos e domínio de uso desses recursos. 	
	D016_P Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.	EF69LP20 Identificar, tendo em vista o contexto de produção, a forma de organização dos textos normativos e legais, a lógica de hierarquização de seus itens e subitens e suas partes: parte inicial (título – nome e data – e ementa), blocos de artigos (parte, livro, capítulo, seção, subseção), artigos (caput e parágrafos e incisos) e parte final (disposições pertinentes à sua implementação) e analisar efeitos de sentido causados pelo uso de vocabulário técnico, pelo uso do imperativo, de palavras e expressões que indicam circunstâncias, como advérbios e locuções adverbiais, de palavras que indicam generalidade, como alguns pronomes indefinidos, de forma a poder compreender o caráter imperativo, coercitivo e generalista das leis e de outras formas de regulamentação.	✓ Reconstrução das condições de produção e circulação e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de gênero (Lei, código, estatuto, código, regimento etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Identificar, tendo em vista o contexto de produção, a forma de organização dos textos normativos e legais, de forma a poder compreender o caráter imperativo, coercitivo e generalista das leis e de outras formas de regulamentação. 				

Contextualização

Olá, professor(a)!

Nesta quinzena, os(as) estudantes serão apresentados(as) à **função social e à intencionalidade dos textos legais**, por meio da análise de textos normativos, como a Lei nº 15.100, sancionada em 2025, que proíbe o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos portáteis durante o horário das aulas em escolas públicas e privadas de todo o território nacional.

Esperamos que os(as) estudantes compreendam os efeitos de sentido criados por diferentes recursos linguísticos e discursivos; percebam a intencionalidade dos textos que objetivam organizar o funcionamento das instituições; reflitam sobre sua prática social e desenvolvam a competência leitora crítica, tornando-os capazes de interpretar textos importantes que circulam na sociedade com diferentes finalidades.

O objetivo desta atividade é promover o entendimento do gênero, enfatizando seu conceito, suas características, seus efeitos de sentido e intencionalidade. Além disso, pretende-se desenvolver capacidades essenciais para que os(as) estudantes possam identificar recursos discursivos como prescrição, causalidade, sequências descritivas, exposição e ordenação de eventos.

Que sua jornada de ensino seja tão inspiradora quanto o conhecimento que você compartilha. Bom trabalho!

Conceitos e Conteúdos

1. DANDO OS PRIMEIROS PASSOS

Para organizar a convivência entre as pessoas em uma sociedade, é preciso ter regras, normas, em forma de documento, leis. Mas você sabe o que é uma Lei?



Lei é um tipo de regra oficial criada para organizar a convivência entre as pessoas em uma sociedade. Ela serve para proteger direitos, definir deveres e garantir que todos saibam o que é permitido e o que é proibido fazer.

Quem cria as leis?

São criadas por pessoas que trabalham no governo, como deputados e senadores, tem como função normatizar, ou seja, estabelecer normas (regras) que todos devem seguir.




Como é uma Lei?

É um documento com uma estrutura padronizada, com texto objetivo, claro, direto e com uma linguagem formal para evitar duplo sentido.



2. CONHECENDO UMA LEI



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/01/2025 | Edição: 9 | Seção: 1 | Página: 3
Órgão: Ato do Poder Legislativo

LEI Nº 15.100, DE 13 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo dispor sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive telefones celulares, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica, com o objetivo de salvaguardar a saúde mental, física e psíquica das crianças e adolescentes.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se sala de aula todos os espaços escolares nos quais são desenvolvidas atividades pedagógicas sob a orientação de profissionais de educação.

Art. 2º Fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da educação básica.

§ 1º Em sala de aula, o uso de aparelhos eletrônicos é permitido para fins estritamente pedagógicos ou didáticos, conforme orientação dos profissionais de educação.

§ 2º Ficam excepcionadas da proibição do caput deste artigo as situações de estado de perigo, estado de necessidade ou caso de força maior.

Art. 3º É permitido o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes, independentemente da etapa de ensino e do local de uso, dentro ou fora da sala de aula, para os seguintes fins:

- I - garantir a acessibilidade;
- II - garantir a inclusão;
- III - atender às condições de saúde dos estudantes;
- IV - garantir os direitos fundamentais.

Identificação: nº e data

Ementa: tema da lei

Preâmbulo: quem criou a lei

Artigo: regra principal

Parágrafo: detalha o artigo

Inciso: detalha o parágrafo



Lei completa - clique aqui ou leia o **Qrcode** ao lado

Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935>>. Acesso em: 15 de mai. 2025.



A **1ª** Lei criada no Brasil, em **03/10/1823**, logo após a Independência, foi para escolher os deputados que iriam escrever a primeira Constituição do Brasil.



3. DESVENDANDO A LEI 15.100/2025

Vamos fazer a leitura completa da Lei nº 15.100/2025, que está na página anterior, e identificar recursos discursivos como: **prescrição, causalidade, sequências descritivas, exposição e ordenação de eventos.**



> **Prescrição** - norma, determinação, o que é permitido e o que é proibido.



“Fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula.”

Efeito de sentido: impõe condutas com base na autoridade; regula o comportamento.

> **Causalidade** - causa, motivação, é a justificativa para tal lei.



“O uso excessivo de telas pode prejudicar o desenvolvimento mental, social e emocional de crianças e adolescentes.”

Efeito de sentido: justifica ou explica a existência de uma regra ou orientação.

> **Sequências descritivas** - listagem do que é proibido e das exceções.



“Em sala de aula, o uso de aparelhos eletrônicos é permitido para fins estritamente pedagógicos ou didáticos...”

Efeito de sentido: detalha ou explica termos da lei, conferindo clareza e delimitação.

> **Exposição** - especifica o que está incluído na norma.



“Celulares e outros dispositivos eletrônicos portáteis pessoais”

Efeito de sentido: oferece fundamentação conceitual ao leitor para garantir compreensão da norma.

> **Ordenação de eventos** - organiza as permissões e proibições de forma sequencial, estabelecendo claramente os momentos e condições em que o uso de celulares é ou não permitido.



“... durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da educação básica / ... permitido para uso pedagógico.”

Efeito de sentido: cria encadeamento lógico ou temporal, importante para instruções e regras de conduta.



Uso de verbos com valor imperativo ou de obrigação

Embora a linguagem jurídica evite o imperativo direto, ela expressa ordens e proibições por meio do futuro do presente do indicativo e de formas impessoais:

"Fica proibido o uso[...]."

"As redes de ensino e as escolas **deverão elaborar** estratégias [...]"

"Os estabelecimentos de ensino **disponibilizarão** espaços [...]"

Efeito de sentido: *expressa obrigatoriedade e imposição legal. Mesmo sem usar o modo imperativo diretamente ("faça", "não use"), os verbos têm efeito coercitivo, ou seja, de impor uma regra.*



Agora leia a notícia abaixo que discorre sobre os prejuízos do uso exagerado do celular para o nosso cérebro. Com base na lei e na notícia, responda às perguntas a seguir:

MENU | **g1** SAÚDE | BUSCAR

Crianças e adolescentes no celular: uso exagerado afeta o cérebro e a concentração

Cérebros são moldados conforme a passagem do tempo e, ao serem alvo de estímulos rápidos provocados por celulares e tablets, não são treinados para se concentrar por período maior.

Por Marina Pagno, g1
14/02/2023 04h00 Atualizado há 2 anos

01 Os smartphones e outras telas são uma fonte inesgotável de estímulos rápidos. Em poucos segundos, comentários, curtidas e a atualização constante do feed de redes sociais provocam a liberação de dopamina no cérebro, neurotransmissor que dá sensação de prazer e satisfação. Só que a dopamina vicia e é capaz de gerar um looping altamente perigoso para a saúde.

05 O perigo da exposição exagerada de crianças e adolescentes a telas é que o cérebro pode acabar sendo "recrutado" por esses estímulos rápidos, se tornando uma forma de pensamento preponderante, como explica o psicólogo Cristiano Nabuco, PhD em psicologia clínica de dependências tecnológicas.


10 A "bomba" de estímulos rápidos que sai das telas pode, nessa etapa da vida, afetar o desenvolvimento do cérebro e a capacidade de concentração, uma herança que será levada para a fase adulta – e pode ser irreversível.

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/14/criancas-e-adolescentes-no-celular-uso-exagerado-afeta-o-cerebro-e-a-concentracao-veja-o-que-fazer.ghtml>

1) Você concorda com a proibição total do uso de celulares? Explique.

2) A Lei permite alguma flexibilidade ao fazer uso pedagógico dos celulares? Explique.





Material Extra



✓ Vídeo - Plenarinho - o Jeito Criança de Ser Cidadão: Revistinhas animadas “Um mundo sem regras”.

Link: <https://youtu.be/Hesg0PY1YsQ?si=xUOjXeqqrJRxtbMj>

Conteúdo e atividades: “Um mundo sem regras”, a importância das regras e leis.





Atividades

Leia o texto abaixo.

Seção I Do Ensino Fundamental

Art. 11 O ensino fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, tem por objetivos:

I - o desenvolvimento da cognição tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico;

II - a compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes, do esporte, do lazer e dos princípios em que se fundamenta a sociedade;

III - o fortalecimento do vínculo com a família e da humanização das relações em que se assenta a vida social;

IV - a valorização da cultura local e/ou regional e as múltiplas relações com o contexto nacional e/ ou global;

V - o respeito à diversidade étnica, cultural e socioeconômica sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Disponível: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Regimento_sedu1-2.pdf > Acesso em 15 de maio de 2025. Adaptado para fins didáticos.

ATIVIDADE 1

D017_P Identificar o gênero de textos variados.

Esse texto é

- A) um conto.
- B) um diário.
- C) uma notícia.
- D) um regimento.



ATIVIDADE 2

D016_P Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

A principal finalidade desse texto é

- A) contar uma história sobre o ensino fundamental.
- B) estabelecer normas sobre o ensino fundamental.
- C) informar sobre um evento da área educacional.
- D) ensinar como fazer matrícula na escola pública.

ATIVIDADE 3

SAEB - Identificar formas de organização de textos normativos, legais e/ou reivindicatórios

Sobre a organização desse texto, é correto afirmar que

- A) é organizado como narrativa com começo, meio e fim.
- B) organiza-se em tópicos numerados que definem regras e objetivos.
- C) usa perguntas e respostas para tirar dúvidas dos leitores.
- D) é composto por falas diretas entre personagens fictícios.

Leia o texto abaixo.**TÍTULO I
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO**

Art. 1º O Estado do Espírito Santo e seus Municípios integram a República Federativa do Brasil e adotam os princípios fundamentais da Constituição Federal.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º O território do Estado, constituído por Municípios, tem os limites que lhe são assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados, não podendo ser alterado senão nos casos previstos na Constituição Federal.

Disponível: <https://pge.es.gov.br/Media/pge/docs/Outros/Constituicao-Estadual-atualizada-23-10-23.pdf> >. Acesso em 15 de maio de 2025. Adaptado para fins didáticos.

ATIVIDADE 4

D017_P Identificar o gênero de textos variados.

Esse texto é

- A) um artigo de opinião.
- B) um texto publicitário.
- C) um documento legal.
- D) uma propaganda.



ATIVIDADE 5

D016_P Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

Esse texto é um trecho da Constituição do Estado do Espírito Santo que foi escrito para

- A) apresentar curiosidades sobre a história do estado.
- B) relatar experiências pessoais sobre o Espírito Santo.
- C) organizar ideias com base em fatos imaginários.
- D) definir leis que regulam a estrutura do estado.

ATIVIDADE 6

SAEB - Identificar formas de organização de textos normativos, legais e/ou reivindicatórios

É possível afirmar que o texto

- A) apresenta normas estruturadas em artigos e parágrafos, usando linguagem formal.
- B) expressa opiniões pessoais sobre o território do Espírito Santo.
- C) utiliza versos e estrofes com linguagem poética para descrever o estado.
- D) narra uma história com personagens e sequência de acontecimentos.

Leia o texto abaixo.

TÍTULO I
Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. [...]

ATIVIDADE 7

D017_P Identificar o gênero de textos variados.

Esse texto é

- A) uma resenha.
- B) uma crônica.
- C) uma norma jurídica.
- D) uma carta de leitor.

ATIVIDADE 8

D016_P Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

A principal finalidade desse texto é

- A) contar uma história sobre os direitos do consumidor.
- B) relatar uma experiência pessoal de consumo.
- C) convencer o leitor a comprar um produto.
- D) estabelecer diretrizes para proteger o consumidor.

ATIVIDADE 9

SAEB - Identificar formas de organização de textos normativos, legais e/ou reivindicatórios**Qual é a estrutura predominante nesse tipo de texto?**

- A) Divisão em artigos com definições objetivas e claras.
- B) Diálogo entre consumidores e fornecedores.
- C) Organização em perguntas e respostas para tirar dúvidas.
- D) Narração com enredo e personagens definidos.

ATIVIDADE 10

D016_P Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

Refletindo sobre os textos apresentados, explique por que documentos como esses são essenciais para a organização da sociedade. Além disso, analise como a finalidade desses textos contribui para definir direitos, deveres e regras que orientam a convivência dos cidadãos.



Referências

Material do Redator:

G1. **Crianças e adolescentes no celular:** uso exagerado afeta o cérebro e a concentração; veja o que fazer. G1 - O portal de notícias da Globo, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/14/criancas-e-adolescentes-no-celular-uso-exagerado-afeta-o-cerebro-e-a-concentracao-veja-o-que-fazer.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2025. Seção 1, p. 3. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935>. Acesso em: 14 maio 2025.

MONTEIRO CAMPOS JUNIOR, Luiz Henrique Scalise. **Plano de aula:** Regimento Escolar: estruturação do parágrafo normativo e de seções. Nova Escola, 6 fev. 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/planos-de-aula/fundamental/7ano/lingua-portuguesa/regimento-escolar-estruturacao-do-paragrafo-normativo-e-de-secoes/3553>. Acesso em: 14 maio 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plenarinho - O Jeito Criança de Ser Cidadão:** Revistinhas animadas "Um mundo sem regras". 2023. Disponível em: Vídeo - Plenarinho - o Jeito Criança de Ser Cidadão: Revistinhas animadas "Um mundo sem regras". Link: <https://youtu.be/Hesg0PY1YsQ?si=xUOjXeqqrJRxtbMj>. Acesso em: 14 maio 2025.

FTD EDUCAÇÃO. Trajetórias Língua Portuguesa: 7º ano. PNLD 2021. São Paulo: FTD Educação, 2022. "**Atitude Cidadã:** Respeito e valorização do idoso", pp. 106-111.

Conjunto de Questões - Elaborador:

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Regimento Comum das Escolas Estaduais de Educação Básica da Rede Pública do Espírito Santo.** Vitória: SEDU, 2020. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Regimento_sedu1-2.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Constituição do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo, 2023. Disponível em: <https://pge.es.gov.br/Media/pge/docs/Outros/Constituicao-Estadual-atualizada-23-10-23.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor:** Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

